

**AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.289.261 - SP
(2018/0105916-1)**

RELATOR : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE : MARLY MOREIRA CAMPOS
ADVOGADOS : ARLETE TOMAZINE E OUTRO(S) - SP208197
PAULO HENRIQUE VERISSIMO DE SOUZA - SP369317
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : CLOVIS FAUSTINO DA SILVA E OUTRO(S) - SP198610

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. EXECUÇÃO FISCAL. AGRAVO INTERNO. FERIADO LOCAL. COMPROVAÇÃO. ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO.

I - O presente feito decorre de ação que objetiva o recebimento de débito de IPTU atinente ao exercício de 1999, incidente sobre o imóvel de propriedade da recorrente. Na sentença, julgou-se extinta a ação executiva fiscal com resolução de mérito, ante reconhecimento da prescrição. No Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a sentença foi reformada.

II - Aplica-se ao recurso o enunciado administrativo n. 3 da Súmula do STJ, segundo o qual: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

III - A Corte especial, no julgamento do AREsp n. 957.821/MS, em 20/11/2017, chegou à conclusão de que, na vigência do Código de Processo Civil de 2015, não é possível a comprovação da tempestividade após a interposição do recurso.

IV - Mediante análise dos autos, verifica-se que a parte recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 13/5/2016, sendo o recurso especial interposto somente em 7/6/2016.

V - Dessa forma, o recurso é manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 dias úteis, nos termos do art. 994, VI, c/c os arts. 1.003, § 5º, 1.029, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

VI - Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

